

**PROJETOS DE EXTENSÃO E CURRÍCULO:
dialogando com Bell Hooks para uma educação como prática de liberdade**

**EXTENSION AND CURRICULUM PROJECTS:
dialogue with Bell Hooks for education as a practice of freedom**

Verônica de Souza¹

RESUMO

Neste texto, apresento alguns projetos de extensão e pesquisa executados no IFBA – Campus Porto Seguro como estratégias para uma educação mais equânime e que contraria o discurso branco, patriarcal, machista, cis hetero normativo que define o currículo com uma marca representativa que não abarca a maioria populacional do país. Faço um percurso textual de apresentar a minha trajetória docente e isso implica uma prática que afete os estudantes dando a eles voz e vez para o fortalecimento do seu discurso. Para isso, dialogo com Bell Hooks, que propõe, inspirada em Paulo Freire, uma educação como prática da liberdade.

Palavras-chave: Extensão e Pesquisa. Projetos. Leitura. Educação. Contra colonialidade.

ABSTRACT

In this text, I present some extension and research projects carried out at the IFBA - Campus Porto Seguro as strategies for a more equitable education that contradicts the white, patriarchal, sexist, hetero normative discourse that defines the curriculum with a representative brand that does not encompass majority population of the country. I make a textual route to present my teaching trajectory and this implies a practice that affects students, giving them a voice and a time for strengthening their discourse. For this, dialogue with Bell Hooks that proposes, inspired by Paulo Freire, an education as a practice of freedom.

Keywords: Extension and Research. Project. Reading. Education. Against coloniality.

1 ABRAM-SE AS CORTINAS...

O presente texto traz, antes de um objetivo, um desejo antigo de registrar um projeto que tem se desenvolvido de maneira bastante acolhedora pela comunidade discente à qual ele atende, como veremos adiante.

O objetivo principal é apresentar um projeto de pesquisa-ação e extensão e relatos de experiência simultâneos que ocorre há três anos no IFBA – Campus Porto Seguro: o Clube da Leitura.

¹ Mestre em Letras, doutoranda em Língua e Cultura (UFBA), Professora do IFBA - Porto Seguro/Universidade Federal da Bahia. E-mail: veronicasousan@gmail.com.

Antes de contar a respeito, sinto a necessidade de falar sobre o percurso que me levou a construir o projeto.

CENA 1: A DOCÊNCIA E A DOCÊNCIA NUMA ESCOLA DE REDE FEDERAL

Minha trajetória docente começa quando ainda estava na graduação, no componente curricular *Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa II*, no ano de 2008. A regência aconteceu numa turma do 9º ano do Ensino Fundamental II, no Instituto Municipal José de Arapiraca (IMEJA), uma escola do bairro Boca do Rio, em Salvador.

Considero o período de regência no IMEJA uma experiência impactante e inesquecível, mas preciso deixar esse relato para uma outra oportunidade. O que cabe aqui sobre o estágio de quatro meses na escola foi todo o aprendizado, em suas diversas nuances. Foi uma turma, como já dito, de 9º ano, e a que tinha o maior número de matriculados na escola inteira, 46 alunos, porém, por conta de disposição de horário, era a que eu podia assumir naquele semestre.

De maneira resumida, assumi uma turma que não tinha muitas expectativas e se encontrava em uma condição bastante desanimadora. Foram planos e planos de aula investindo em novidades e construções criativas para que eles se reanimassem, mas acredito que o episódio de falecimento da professora responsável pela disciplina tenha sido um elemento bastante impactante para todos e os fez aproximarem-se de mim, após as semanas iniciais de muita resistência. Desse período de estágio e que se relaciona com a temática aqui desenvolvida, quero ressaltar uma atividade que fizemos coletivamente. A turma teria que fazer uma apresentação que culminaria no evento da Feira de Ciências da escola. Por parte de alguns colegas professores, antecipadamente me foi sinalizado que os estudantes daquela turma não fariam a atividade. Para minha surpresa àquela época, a informação partia de uns colegas que diziam conhecer a turma desde o sexto ano, alguns estudantes até do fundamental I, e estarem certos de que era um grupo desacreditado. Ouvir aquelas falas me entristeceu muito. Eu não tinha ainda a consciência política que tenho hoje, mas tive o que em Salvador a gente chama de instinto para mudar aquela realidade. Bell Hooks descreve exatamente meu comportamento naquele estágio:

Assim que comecei a ensinar, tentei não imitar meus professores de nenhuma forma. Planejei diferentes estratégias e abordagens que me pareceram mais harmoniosas com as minhas políticas. Ler o trabalho de Paulo Freire influenciou enormemente minha noção de que muito era possível no ambiente da sala de aula – não era preciso simplesmente se conformar (HOOKS, 2019, p. 211).

Cheguei à sala de aula aquela tarde e disse aos meninos que queria algo diferente do que acontecia nos anos anteriores, que os queria participando da Feira.

Foi então que propus um sarau. Pedi que eles escolhessem autores e poesias da literatura brasileira e eles transcreveram as poesias e minibiografias. Levei-as para casa, digitei todos os textos que eles selecionaram, pois muitos não tinham o recurso da informática em seus domicílios. Na aula seguinte, retornei com os textos impressos e ornamentamos murais em folha de papel metro.

O que me impressionou inicialmente foi a surpresa deles em eu ter cumprido com a promessa de levar o material. Utilizamos aquela tarde para construir nosso cenário do sarau e ensaios de recitais. Todos, sem exceção, participaram e se empenharam em fazer. Inseri a turma na programação da Feira e a atividade foi um sucesso de público e de atuação dos estudantes. Todos ficaram muito encantados, mas não souberam disfarçar a surpresa com a atividade deles. Ali acontecia o meu primeiro sarau de atividades e o início do resgate de autoestima dos garotos e garotas.

Entender essa autoestima resgatada e como as atividades passaram a ser realizadas com empenho e engajamento, lembrou-me novamente Bell Hooks, que diz que “a educação é uma questão política para pessoas exploradas e oprimidas” (HOOKS, 2019, p. 207).

Infelizmente, ao final do estágio, tive que me despedir deles, a escola já tinha contratado a professora substituta e foi uma tristeza a despedida.

Ao longo dos dois anos seguintes, dei aulas mais voltadas para a linguística e a produção de textos no ensino superior e atividades com essa perspectiva eram mais difíceis. Lá, eu ensinava mais a alunos brancos do que a alunos não brancos, público muito comum nos cursos de uma universidade federal. No entanto, mesmo tendo tido pouco acesso a uma bibliografia que atendesse à comunidade negra, indígena, quilombola e/ou de qualquer outra maioria minorizada, eu sempre, ainda que timidamente, pois me via assustada com a possibilidade de um contra-ataque cultural branco, buscava trabalhar autores e autoras decoloniais.

Importante dizer que o debate político e em prol das questões que administrem a elevação do povo preto ganha força em mim quando eu entro no Instituto Federal da Bahia – Campus Porto Seguro. Os muitos e inesquecíveis episódios envolvendo racismo nos primeiros anos na instituição me levaram a defender e lutar com veemência pelas questões étnico-raciais.

Não falarei nesse momento de combate ao epistemicídio, mas posso dizer que os seis primeiros anos, em que 80% da minha carga horária era dedicada ao primeiro ano do ensino médio, eu tive uma grande necessidade de apresentar aos estudantes algo além do que estava descrito no currículo escolar.

O primeiro impacto foi uma grade curricular que invisibilizava quaisquer culturas que não aquela pautada no ensino branco, conservador, machista e cishetero. Nada diferente disso era creditado no currículo, ainda que se tratasse de um *campus* com tentativas teóricas de um discurso mais diverso. Além disso, todos os suportes para o processo de ensino e de aprendizagem dos discentes não contribuía para um ensino mais dinâmico, diverso e plural. Não é dizer que não se devesse ensinar a tradição, mas afirmar que outras culturas são tão necessárias quanto. Caminhando para uma proposta que me impedia de praticar isso com mais profundidade em sala de aula, eu recorri aos projetos de pesquisa e extensão para minimizar algumas lacunas.

CENA 2: POR QUE PESQUISA E EXTENSÃO NÃO SE DISSOCIAM DO ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Respondo a essa questão observando, inicialmente, que a atividade de ensino não se centra exclusivamente em sala de aula. As ações externas ao ambiente também promovem a atividade. E isso acontece especialmente quando estamos ali na busca por elementos que compõem aquelas horas de ação efetiva junto aos estudantes. E isso é ratificado ao processo de uma pesquisa contundente que priorize os sujeitos, alvos da atividade de ensino, não negando suas histórias e seu conhecimento, não necessariamente tradicional, mas que forjam suas realidades e sedimentam qualquer novidade que parta de nós, docentes.

Se o empenho para uma aula consistente, produtiva acontece, observamos que o tempo de aula e a carga horária nunca dão conta dos episódios que compõem a história de formação de nossos estudantes, e a medida certa de informações e conteúdos nunca é alcançada.

E aí o terceiro suporte de sustentação do processo educacional surge com muita força, que é a extensão. Poucos de nós, professores e professoras da educação básica, conseguimos forjar espaços e tempo para executar a atividade extensionista de maneira eficaz. Tenho minhas críticas a muitos que ainda usam exclusivamente o requisito de incluir em seu público-alvo pessoas da comunidade externa à instituição a que o projeto está alocado para tratar a atividade como de extensão. Neste caso, ela é extensionista. A extensão demanda algo mais que isso, mas deixemos para um outro momento essa discussão.

Retomo o raciocínio do ponto em que dizia que uma estratégia para amenizar as lacunas deixadas para cumprimento da minha proposta de ensino era a atividade extensionista. O que eu não imaginava era que essa atividade pudesse ter tantas raízes e tantos bons frutos.

CENA 3: UM CAMINHO PARA A PEDAGOGIA DOS AFETOS: O SARAU LITERÁRIO DO IFBA - CAMPUS PORTO SEGURO

Nos anos de 2015 e 2016, com o apoio incondicional de alguns estudantes, especialmente como Danilo Soares e Iarley Oliveira, realizei o I Sarau do IFBA – Campus Porto Seguro.

A comunidade discente do *campus* sempre foi majoritariamente negra e, a partir do contato direto com os meninos e as meninas, fomos percebendo o quanto eles eram envolvidos com as diversas formas de arte. Esta foi uma das razões que gritou entre mim e os estudantes envolvidos na construção do sarau: propagar esses meninos. E assim fizemos. Divulgação, organização e muito mais... E assim foi... Num sábado letivo, dia que acreditávamos que seria esvaziado pelas razões que levam ao desânimo estudantil de comparecer à escola, depois de cinco exaustivos dias úteis. No entanto, percebemos que a hesitação deles não era em ir para a escola, mas um método tradicional de aulas, em que quase sempre vige a cobrança e o cumprimento tradicional de atividades, de maneira unilateral professor-aluno.

O Sarau consistia em libertar as vozes dos estudantes. Ali lhes era permitido recitar textos em todos os seus gêneros, cantar, dançar, rir, denunciar... E eles tomaram conta disso, porque partíamos do pressuposto de que ali a régua da censura não existia. E era isso que eles demandavam. A oralidade mais uma vez libertou-os. E o que ficou mais latente para mim foi, além de apresentar textos de uma variedade infinita de autores, eles apresentaram seus próprios. Ali eles escreveriam suas angústias, alegrias, dores... suas verdades. E nesses relatos, nessas apresentações, as feições denotavam empatia, um encontro ao outro por meio das palavras, dos textos, das músicas. Aquele momento era realmente deles.

Sobre a *escrevivência*, sabemos que ela existe desde os primeiros escritores negros da nossa história. Desde Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e tantas e tantos outros. No entanto, quem formaliza a nomenclatura e, de certa forma, inicia sua teorização é a consagrada escritora contemporânea Conceição Evaristo, conhecida nacional e internacionalmente, a quem o nosso país Brasil ainda deve muito.

Conceição bem delimita o termo em uma entrevista dada ao Nexo Jornal, no ano de 2017:

Quando falei da *escrevivência*, em momento algum estava pensando em criar um conceito. Eu venho trabalhando com esse termo desde 1995 - na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, se ver. Usei “*escrevivência*” pela primeira vez em uma mesa de escritoras negras no seminário “Mulher e Literatura”. Terminei meu texto dizendo que a nossa

escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

Este termo nasce fundamentado no imaginário histórico que eu quero borrar, rasurar. Esse imaginário traz a figura da “mãe preta” contando histórias para adormecer a prole da Casa Grande. E é uma figura que a literatura brasileira, principalmente no período Romântico, destaca muito.

Quero rasurar essa imagem da “mãe preta” contando história. A nossa “escrevivência” conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande.

[A escrevivência] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira.

Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência.

E isso se ratifica no texto da mesma autora intitulado *Da grafia-desenho de minha mãe* um dos lugares de nascimento de minha escrita, quando ela narra que sua escrita parte do convívio doméstico, com suas mães velhas. Conceição Evaristo, encabeçando um grupo nada pequeno de escritoras e escritores negros, entende como impossível dissociar a escrita da vivência pessoal, de sua subjetividade. Não há como exigir de estudantes, de uma maioria negra, periférica, de classe social baixa, que divirja sua escrita daquilo que eles vivem.

Muitos professores ainda não se deram conta, mas é necessário entender que a literatura brasileira tradicional, caracterizadamente cis gênero, hetero, branca e masculina, de classes sociais média e alta, não se aproxima da realidade de muitos dos jovens que ocupam os bancos escolares das escolas de rede pública. Aquela literatura não é representativa. Ela condiciona apenas uma parcela menor da população e cerceia o entendimento da comunidade que, no Brasil, ocupa hoje a marca de 54% do total de habitantes. Por que não ler sobre a cultura branca patriarcal, mas também sobre negros, mulheres, povos originários, comunidades de terreiros, grupos LGBTQIA+, dentre outros? Não está claro que desconsiderar e anular esses grupos caminha para, mais do que a invisibilização, os cídios que colocam o Brasil como campeão, assim como um local arriscado de viver. E quando falo disso me refiro a questões como: um jovem negro morto a cada 23 minutos nesse território, 75,5% das vítimas de homicídios são negras; em dez anos, houve um aumento de 54% no número de homicídios de mulheres negras, ao passo que o de mulheres brancas caiu em cerca de 9,8%. Sem falar que, no ano de 2016, foram 5.930 notificações de violência contra homossexuais e bissexuais. E entre os anos de 2016 e 2017, o número de denúncias cresceu 127%. Não falaremos de subnotificações, porque neste caso os números seriam ainda mais assustadores; além de ratificar a complexidade da

manutenção de uma supremacia racial, de gênero e classe que (des)legitima e define quem deve morrer e viver neste país.

Numa esfera mais complexa, relembro os dados supracitados para trazer ao debate a importância das questões que devem ser discutidas e pensadas em sala de aula em todos os componentes curriculares. Falar de leis como a 10.639/03, a 11.645/08, exigir revisões na legislação que respeita a igualdade de gênero, dentre outros elementos que visam à revisão de outras leis que excluem os debates de crucial importância dentro das escolas, bem como exigir sua aplicação de maneira eficaz e eficiente, não é uma questão de moda, mas uma estratégia que contribui para manter vivos esses grupos dizimados diariamente pelo preconceito social e racial que vige entre nós.

São esses espaços onde é possível falar dessas questões sociais com liberdade e respeito que nos permitem um letramento para além do tradicional, onde não se trata apenas de ler e escrever bem, mas de resistir como seres humanos não partícipes de uma falsa homogeneidade social. Extirpar mitos do nosso cotidiano e enfraquecer seu discurso com uma ciência e uma educação mais equânime e fortalecida por um debate que atende a todos e todas é também uma forma eficiente de eliminar o atraso e a derrota social para que caminha o povo brasileiro.

CENA 4: UM CAMINHO PARA A PEDAGOGIA DOS AFETOS: O SARAU LITERÁRIO DO IFBA – CAMPUS PORTO SEGURO

E um deles é o Vila dos Poemas Perpétuos.

O I Sarau persiste até os dias atuais no imaginário dos estudantes. Quem não o viveu teve notícias por meio de relatos de outros estudantes. Foi um momento gestado com muita dedicação, que confluía em 4 horas práticas das mais variadas apresentações e levou a uma conversa potente entre mim e Iarley Oliveira, hoje estudante da graduação em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus.

Importante ressaltar que outras edições do Sarau aconteceram posteriormente. Naquele momento, quando fazíamos um apanhado sobre o resultado do I Sarau, surgiu entre nós a ideia de reunir e formar um grupo de escritores de alunos e ex-alunos. A esse grupo demos o nome de Vila dos Poemas Perpétuos e nossa maior rede de assuntos e conversas é através de um aplicativo de mensagens instantâneas.

A opção pela criação do grupo surge do interesse de tornar possível, através da tela do celular, que os escritores se revelassem. Um espaço de conforto e de diálogo em que muitos textos são apresentados em caráter autoral e particular aos anseios de cada um. Junto a eles, eu

também aproveito o espaço para levar textos meus, poesias e prosas, como alternativa de incentivo. Numa escala de produção, já temos mais de 200 textos reunidos para um grupo de 15 autores.

Já houve, desde 2018, ano de criação do Vila dos Poemas Perpétuos, 5 encontros presenciais. Como temos estudantes egressos em nosso grupo, os encontros presenciais não são tão fáceis de ocorrer, mas, dentro das condições de todos e todas, eles acontecem com muita satisfação, num outro projeto de extensão, muito ligado hoje à atividade de ensino, que é o Clube da Leitura.

CENA 5: O CLÍMAX, O CLUBE!

Foi talvez o projeto que mais deu certo em nossa caminhada até aqui. O Clube da Leitura se liga diretamente às atividades de ensino, porque ele tem como objetivo reunir comunidade externa e interna ao IFBA – *Campus* Porto Seguro.

Todo primeiro encontro do ano, eu aproveito a oportunidade para reunir os escritores do Vila dos Poemas Perpétuos e, sem dúvida, temos uma reunião de novos textos, de diálogos, de música e de muitas outras artes expostas. Sempre tem um estudante que leva um violão ou um outro instrumento. O objetivo é sempre a educação como prática de liberdade (HOOKS, 2017).

Para Hooks, ensinar é um ato teatral. E é nesse aspecto que a proposta do Clube é conduzida. Nas palavras de Hooks (2017, p. 22), “Os professores não são atores no sentido tradicional do termo, pois nosso trabalho deve ser um catalisador que conclame todos os presentes a se engajar cada vez mais, a se tornar partes ativas no aprendizado”.

Isso significa que devemos reverter o entendimento sobre a sala de aula. Entendê-lo não como um espaço que oferece opções radicais e segregadoras estendidas da academia. É necessário utilizá-la como um lugar efetivo de aprendizado. Se o sistema ainda nos obriga a usá-lo como tal, devemos buscar outros espaços onde a resistência e a reexistência rejuvenesça nossas práticas de ensino. E aí é que o ensino, nas palavras da autora, deve permitir as transgressões.

O clube se torna um espaço de prática da liberdade no sentido em que as reflexões instadas ali são acessíveis a todos, indiscriminadamente.

O que nós fazemos? Um mês antes, a gente divulga a obra literária que vamos discutir. Sempre selecionamos uma obra que não seja comum da grade curricular, especialmente de autores pouco ou não reconhecidos pela elite definidora do currículo. Durante um mês, divulgamos informes dos autores, passagens da obra, temáticas referentes. Tudo para estimular

a comunidade a participar e, especialmente, se interessar pela leitura do texto. No início, estratégias mais lúdicas foram acionadas, como o uso das plataformas digitais, das redes sociais e de uma linguagem mais convidativa² para que o nosso público não tivesse resistência ao encontro. Pautada ainda nos ensinamentos de Hooks (2017), enxergo também os encontros presenciais como uma oportunidade de libertar-me de determinadas amarras que o currículo tradicional nos subjuga. Assim resgato:

Esse processo [educação como prática de liberdade] de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual de nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (HOOKS, 2017, p. 25).

Ao perceber que, para tocar muitos estudantes e estimulá-los a um processo educacional que os sedimentasse como sujeitos crítico-reflexivos, proposta, diga-se, primeira do IFBA, eu tinha que tocá-los em suas realidades e fazer isso em sala de aula, onde sentimentos vários ainda podam suas linguagens, ainda não é tão fácil. Era necessário que eu construísse um espaço como o Clube, para que eles encontrassem a linguagem como uma ferramenta de poder, não que os excluísse, mas que os fortalecesse. O aprendizado tinha que ser uma estratégia de inclusão. Isso justificou a mudança no meu estilo de ensino.

Uma das barreiras, sabemos todos, que nós professores enfrentamos é nos depararmos com um estilo de ensino que reflete a noção de uma única forma de pensamento e experiência, que nos é imputada como universal (HOOKS, 2017, p. 51). E a cor de pele do docente não exige essa condição. E pensar um contexto multicultural implica variadas situações, como o medo de não ter o respeito da turma, ou de ter seu currículo entendido como raso, pouco erudito. Mais ainda: o professor é visto como fora dos paradigmas que levam o estudante a se inserir numa esfera global que define valores, interesses. Mas como atender a esse aluno que é excluído desse processo justamente pela falta de representatividade? Qual alternativa será adotada para um estudante que não tem direito à voz, que não é ouvido? Outra questão: Por que isso acontece? Reconhecer que professores brancos, em sua esmagadora maioria, não se interessam por esse currículo inclusivo, adotando uma educação em que os educandos são meros consumidores de um processo educativo-informacional unilateral, é outra pauta a ser discutida. Aquilo que Paulo Freire vai chamar de “educação bancária”.

² SOUZA, 2020, prelo.

Foi necessário que eu, primeiramente, construísse uma “comunidade” que fizesse meus alunos entender que, em sua formação, deveria existir um clima de abertura e de menor rigor intelectual. E isso não significava abrir mão da teoria, mas sim diluí-la numa prática menos engessada e muito mais dialogada. Fazer os alunos gostar de aprender é o caminho mais adequado. E muitas vezes a tradição “ensinada” em sala de aula é muito pouco representativa daquela da maioria ali existente. Ao menos, nas minhas aulas, é o que vejo. Então, por que não incentivar e explorar uma literatura e uma língua que os contemple? Por que não são eruditas? Mas quem disse que não? Ou quem disse que elas têm que ser?! Novamente, estamos falando da cultura de um povo equivalente a 54% do total populacional do país. E que é sistematicamente invisibilizado e não reconhecido nas plataformas curriculares de grande parte das escolas.

O próprio *campus* onde leciono, por muito tempo, teve apenas um exemplar de uma escritora negra no catálogo da biblioteca³. E este exemplar existia graças a uma doação que eu mesma tinha feito.

O Clube da Leitura nos fez refletir sobre uma série de demandas que urgem na nossa unidade, que vão desde a reformulação do currículo até a composição de mais projetos de ensino, pesquisa e extensão que apontem para o suleamento do conhecimento. Trata-se de um trabalho árduo, porque sabemos que muitos dos nossos colegas, brancos, não estão dispostos a sair de suas zonas de conforto e investir tempo em reaprender, em ensinar aquilo que vai, sem dúvida alguma, questionar seus privilégios.

Quando levo obras nacionais como *O bom crioulo*, de Adolfo Caminha, *As Vítimas Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, *Insubmissas lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo; e internacionais como *O olho mais azul*, de Toni Morrison, *O ódio que você semeia*, de Angie Tomas, além de muitos autores e autoras da literatura justamente para discutir realidades que se aproximam nuclearmente desses discentes que se sentem com liberdade enunciativa para expressar suas vivências, falar de condicionantes que os atravessam e que determinam sua permanência ali, eu sinto que contribuo para não deixá-los evadir, abandonar a escola.

Não vou me estender sobre isso, mas preciso deixar um breve comentário: muitas das razões pela evasão escolar, e me refiro especificamente a escolas públicas, se deve a esta falta de empatia que o estudante oriundo das castas mais populares sente dentro do espaço escolar.

³ Ver SOUZA, 2020b, no qual apresentamos dados resultantes da pesquisa de Iniciação Científica da estudante Karol Pinheiro sobre a presença/ausência de mulheres negras no catálogo da Biblioteca do IFBA – *Campus* Porto Seguro.

Nesse quesito fica visível a falta de interesse de muitos docentes, no alto da sua soberba, não considerarem como importante buscar o aluno. Considerar como necessárias práticas de nivelamento, de conhecimentos básicos extracurriculares e outras alternativas. Para muitos desses professores, o aluno tem que inventar recursos, que, quase sempre, ele não tem, para acompanhar os interesses do ministrante. Sem apoio, o estudante não se localiza naquele espaço que o faz entender como muito acima daquilo que ele pode almejar se encaixar e evade em massa.

Reitero que essa evasão só será sanada se houver, por parte da escola, um interesse na manutenção desses estudantes. É um esforço descomunal, concordo, mas necessário. E, se não for desse jeito, continuaremos reproduzindo uma educação para poucos e totalmente desigual. Mantendo nossos confortos em não buscar esses estudantes, ferimos de morte a Constituição que reza a educação como um bem universal. Se assim não a tratamos, estamos agindo sem compostura e para servir a uma supremacia embranquecida que aniquila as bases sustentadoras da sua estrutura. Isso é grave demais!

CENA 6: DESFECHO DA TEMPORADA, MAS NÃO O FIM DA SÉRIE

Caminho para o fim deste relato, esperando que tenha levado quem leu este texto a pensar como projetos de pesquisa e extensão podem nos levar a reestruturar um currículo. Ao fim e ao cabo, trata-se de ideias simples, muito simples, mas que são o diferencial para alcançar nossos estudantes. Na verdade, o resultado de educação mais equânime não se centra numa proposta sofisticada e inovadora tão somente, mas no ato humano e tão pouco trabalhado que é o ato de escutar.

Lembro-me de um pequeno texto de Rubem Alves, intitulado “Escutatória”, que eu li na graduação. Nele, Alves questiona a pouca atenção em escutar. E isso acontece em muitas práticas que vejo de colegas da área de língua portuguesa: o interesse para que todo mundo aprenda a falar e pouco cuidado com o “aprender a ouvir”. Não é uma tarefa fácil. Tanto não é que muitos professores não ensinam porque sequer aprenderam.

Tenho visto muitos colegas com a dificuldade em ouvir o aluno, respeitar sua opinião, entender o porquê de suas colocações. O poder exercido de forma destrutiva dentro da sala é revelado na maneira como o docente não aguenta ouvir o que o seu aluno diz sem contestar. Nas palavras do próprio Alves, seria “sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer...” e ele é ainda mais assertivo: “Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil de nossa arrogância e vaidade: no fundo, somos os mais bonitos...”

Quando Rubem Alves resgata Alberto Caeiro que diz: “Não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito; é preciso também que haja silêncio dentro da alma”, ele reivindica: Mais do que o silêncio de fora, é preciso o silêncio dentro.

Estamos vivendo um momento que nos convida a repensar nossas práticas, nos convida a escutar e a entender o outro. As verdades estão onde o superficial não alcança. É necessário que entendamos como a arte e a educação fortalecem linguisticamente nossos estudantes. Lembro-me de um samba que diz que “quando derem vez ao morro toda a cidade vai cantar”. E assim é: quando passei a escutar a voz de meus alunos, entendi a riqueza intelectual produzida por eles, conheci seus corações como lugares sólidos de habitação, entendi como seus textos se mostravam reveladores e conscientes.

A educação como prática da liberdade, tão bem desenvolvida por Bell Hooks, não é por ela tão reivindicada à toa. Quando fazer esse ensino que transgride tornar-se parte da nossa vocação, entendemos que estamos libertando não apenas os alunos, mas a nós mesmos. Vamos buscar nossos lugares na história, na música, na literatura, em todas as artes. Deixamos de ser objetos para sermos sujeitos da nossa própria história. Contamos nossa história na primeira pessoa. E o que essa supremacia que aí está e luta contra nossos direitos tenta o tempo inteiro é impedir que protagonizemos nossas narrativas. Não se trata de contar uma história apenas de dor, de resvalo. Trata-se de contar uma história de superação, na qual estar na primeira pessoa é uma reparação necessária e urgente.

É para isso que projetos que ultrapassam, mas também atravessam a sala de aula, são tão necessários. Na verdade, devemos desconstruir a ideia de que a sala de aula consiste apenas naqueles metros quadrados que aglomeram 40, 45, até 50 pessoas, a depender do estabelecimento de ensino. Por que não começar a pensar nas extensões que a sala de aula nos permite? Rever esses pequenos detalhes vai alimentar nossa prática de liberdade e isso não deslegitima nosso poder diante dos estudantes; ao contrário, dar voz não quer dizer perder a vez, mas condicionar os direitos, os deveres e as possibilidades para todos os agentes ali participantes. Demos início a este exercício.

Por fim, para esse momento angustiante que todos estamos vivendo no mundo, finalizo este texto com o último parágrafo de Rubem Alves, em “A Escutatória”:

É chegado o momento, não temos mais o que esperar. Ouçamos o humano que habita em cada um de nós e clama pela nossa humanidade, pela nossa solidariedade, que teima em nos falar e nos fazer ver o outro que dá sentido e é a razão do nosso existir, sem o qual não somos e jamais seremos humanos na expressão da palavra.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Escutatória**. Disponível em: http://www.inf.ufpr.br/urban/2019-1_205_e_220/205e220_Ler_ver_para_complementar/RubemAlves__Escutat%C3%B3ria.pdf: Acesso em: 18 abr. 2020.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.) **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LIMA, Juliana Domingos de. **Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’**. Entrevista. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>: Acesso em: 16 abr. 2020.